



Estratégias de Desenvolvimento para RMBS

6

Estratégias de Desenvolvimento para RMBS

6.1. Construção Metodológica das Recomendações Apresentadas no PMDE-BS

A partir da visão do futuro da Baixada Santista construída com os cenários apresentados na etapa anterior, que avaliaram as perspectivas do crescimento econômico e demográfico da região e seus impactos sobre a infraestrutura instalada e planejada, e das reuniões realizadas com gestores públicos de diferentes esferas de governo ao longo dos meses de elaboração do PMDE-BS, foram propostos objetivos setoriais estratégicos.

Tais objetivos são voltados para a construção de uma região capaz de suportar e atender a demandas por incremento de infraestrutura, de reduzir diferenças regionais e de associar desenvolvimento sustentável

e inteligente com as oportunidades associadas a um novo ciclo de crescimento induzido pela indústria de petróleo e gás, da construção civil e do setor de turismo, entre outros.

Cada objetivo foi posteriormente desdobrado em metas e indicadores correspondentes, se relacionando diretamente às recomendações denominadas Estratégias de Desenvolvimento que são direcionadas ao alcance dos objetivos e metas propostos de cada eixo setorial.

Ao todo, foram propostos 26 objetivos regionais, que devem ser alcançados pela implantação de 183 estratégias de desenvolvimento até 2030.

Quadro 6.1-1. Consolidação, por eixo estratégico, dos objetivos e recomendações resultantes do PMDE-BS

Eixos Temáticos 26 Objetivos	Orientações de Planejamento	Projetos Estruturantes	Programas	Ações	Total
Habitação	5	2	23	20	50
Mobilidade	6	14	14	4	38
Saneamento	7	2	10	12	31
Desenvolvimento Econômico	14	9	30	11	64
Total	32	27	77	47	183

Elaboração: Geo Brasília, 2013.

Cabe destacar que o conjunto de projetos estruturantes, programas e ações compõe a Carteira de Investimentos necessários para a realização dos objetivos designados para a Baixada Santista. Neste sentido, a

sinergia entre tais indicações com investimentos já previstos implica em maiores oportunidades do sucesso do Plano.



6.1.1. Desenvolvimento Urbano

A proposição dos objetivos, metas e indicadores para os eixos temáticos incluídos no PMDE-BS foi orientada a partir da visão de futuro de uma região inteligente onde:

- O planejamento urbano é mais eficiente e influenciado pelas dinâmicas regionais;
- Há melhoria nos transportes públicos, alternativa viável e confiável ao transporte individual;
- O modal ciclovitário é alternativa de transporte com infraestrutura crescente e acessível à população;
- A preservação ambiental é prioritária e estratégica e se manifesta em ações de recuperação de Unidades de Conservação e do seu entorno, além e áreas ambientalmente frágeis;
- O consumo de água é consciente e está associado a adequada infraestrutura sanitária;
- O crescimento econômico considera alternativas inovadoras e projetos de inovação e tecnologia;

- O turismo é desenvolvido em consonância com as necessidades e oportunidades do patrimônio ambiental da região e articulado entre os municípios, aproveitando suas vocações distintas e sinérgicas;
- A gestão é eficiente e baseada em planejamento de longo prazo, dispondo de mecanismos de monitoramento, retroalimentação e avaliação das ações e seus resultados;
- Moradia é direito reconhecido e provido em áreas urbanizadas e com infraestrutura disponível, entre outros aspectos; e
- A participação de universidades, entidades e associações na gestão da metrópole é efetiva e se dá através de convênios e parcerias técnicas, orientados a partir dos objetivos de futuro.

Tais princípios foram confrontados com os resultados dos cenários construídos e apresentados anteriormente, que podem ser resumidos nas tendências descritas no quadro a seguir, respeitadas as diferentes velocidades de transformação induzidas pela implantação dos investimentos.

Quadro 6.1.1-1. Principais tendências identificadas na construção de cenários do PMDE-BS

Eixo Temático	Principais Tendências Identificadas
Desenvolvimento Econômico	Aumento da participação do setor de serviços no valor adicionado dos municípios; Centralização de investimentos na proximidade de áreas molhadas (dotadas de acesso aquaviário), com efeitos no aumento da concentração de emprego em Santos e municípios vizinhos;
Habitação	Maiores possibilidades de redução e eliminação do déficit habitacional em Cubatão, com aumento do déficit em São Vicente e Mongaguá; Aumento da participação dos municípios de Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá, Bertioga e Praia Grande na demanda habitacional da região, em processo associado ao maior crescimento demográfico nestas localidades; Aumento do percentual de domicílios em assentamentos precários, através do adensamento dos já existentes e aumento da pressão sobre áreas ambientalmente frágeis;

Eixo Temático	Principais Tendências Identificadas
Mobilidade	<p>Ampliação da participação de deslocamentos pendulares sobre o total de deslocamentos na região;</p> <p>Continuidade da ampliação da frota de veículos particulares em ritmo superior ao crescimento demográfico;</p> <p>Saturação das vias de ligação macro metropolitana (cargas e passageiros) pelo menos até 2026;</p> <p>Oportunidade de fortalecimento da governança regional para articulação de soluções integradas;</p> <p>Maior integração entre diferentes modais de transporte público;</p> <p>Aumento da participação do modal cicloviário no total de deslocamentos a partir de 2026.</p>
Saneamento Básico	<p>Aumento do consumo de água, em função do crescimento demográfico e do número de domicílios, com necessidade de monitoramento contínuo da demanda para garantir o atendimento, o que inclui capacidade dos mananciais, sistemas de tratamento e distribuição;</p> <p>Aumento da geração, coleta e tratamento de esgoto doméstico, com empecilhos à universalização em função do não atendimento aos assentamentos precários;</p> <p>Crescimento do volume de resíduos sólidos gerados, com redução do volume direcionado a aterro, em função da ampliação do alcance de programas de reciclagem e coleta seletiva;</p> <p>Ausência de dados disponibilizados para construção de cenários para os sistemas de drenagem urbana.</p>

Elaboração: Geo Brasilis, 2013.

A partir de tais tendências anteriormente identificadas, estruturou-se o conjunto de proposições do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico a partir de objetivos setoriais, que refletem a visão de futuro e as macro estratégias adotadas e representam os propósitos de futuro da Baixada Santista, especialmente até 2030, apresentados a seguir.

6.1.2. Desenvolvimento Econômico

O eixo setorial Desenvolvimento Econômico integra o PMDE-BS estabelecendo estratégias, planos, ações, programas e projetos que contribuam e estimulem o crescimento econômico da região, elevando indicadores como PIB, emprego e renda, além de fornecer os dados necessários à avaliação do impacto de tal cresci-

mento sobre a infraestrutura urbana da Baixada Santista.

As estratégias setoriais estão organizadas sob duas grandes linhas de atuação:

- Consolidação das vocações e as potencialidades existentes que ainda estão latentes ou que não foram tão bem exploradas; e
- Atração de novos investimentos privados e públicos para a região e os municípios.

São estas linhas, que somadas as macro estratégias gerais do PMDE-BS que orientam as indicações apresentadas neste capítulo.



6.2. Objetivos Setoriais e Metas e Indicadores

Somada às indicações de objetivos almejados coletados junto aos municípios da Baixada Santista, aos membros da Câmara Temática Especial do PMDE-BS e resultados da análise da situação atual documentadas em Fichas Síntese temáticas anteriormente disponibilizadas aos municípios, a comparação entre tendências identificadas e princípios para a construção de cidades inteligentes foi o principal insumo para a proposição dos objetivos de longo prazo para a Baixada Santista, relacionados aos eixos Habitação, Mobilidade e Saneamento Básico.

No que se refere ao Desenvolvimento Econômico, a definição de objetivos incluiu a participação de gestores públicos, do CONDESB e da Câmara Temática do PMDE-BS, além da apropriação dos eixos indutores e macro estratégias anteriores propostos.

Figura 6.2-1. Diagrama esquemático das fontes utilizadas para a definição dos objetivos setoriais



Elaboração: Geo Brasília, 2013.

Quadro 6.2-1. Objetivos setoriais para a Baixada Santista, propostos no âmbito do PMDE-BS

Eixo Temático	Objetivos Propostos
Desenvolvimento Econômico	<ul style="list-style-type: none"> Estimular o crescimento econômico equalizado por meio da atração de investimentos privados de forma descentralizada Ampliar o apoio institucional do Governo do Estado de São Paulo para a viabilização dos projetos estruturantes mais relevantes para a Baixada Santista; Fomento ao desenvolvimento e a consolidação de atividades econômicas e cadeias produtivas e de negócios novos ou implantação de programas para cada cadeia econômica existente nos municípios da RMBS; Inserir as cadeias de negócios e os empreendedores junto às oportunidades geradas pelos projetos estruturantes e investimentos públicos e privados previstos.

Eixo Temático	Objetivos Propostos
Habitação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Equacionar o déficit e a demanda futura de habitação para a população de baixa renda, que não tem como adquirir unidades habitacionais pela via do mercado; ▪ Reequilibrar a produção de unidades habitacionais entre os municípios da Baixada Santista para atender à população deficitária e demandatária, em especial dos municípios de São Vicente e Mongaguá; ▪ Conter a expansão horizontal dos assentamentos precários na RMBS, especialmente nos municípios de São Vicente e Guarujá; ▪ Produzir unidades habitacionais suficientes para atender à demanda habitacional futura nos assentamentos precários; ▪ Adquirir quantidade de terra suficiente para equacionar o déficit e demanda habitacional até 2030;
Mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tornar o sistema de vias macro metropolitanas capaz de atender plenamente e satisfatoriamente às demandas de veículos de cargas e de passeios. ▪ Aumentar a fluidez do trânsito e diminuir o tempo dos deslocamentos de pessoas entre os municípios da RMBS; ▪ Aumentar o número de usuários de transporte coletivo em todos os municípios da RMBS; ▪ Aumentar o número de usuários de bicicletas para o transporte cotidiano diário; ▪ Implantar sistema ferroviário macro metropolitano de cargas e de passageiros;
Saneamento Básico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Universalizar o atendimento (através de rede de abastecimento) de água potável a todas as áreas urbanas consolidadas e consolidáveis; ▪ Manter a qualidade da água dos sistemas produtores da Baixada Santista; ▪ Garantir vazão de água suficiente para atendimento de todos os domicílios ligados à rede de abastecimento de água; ▪ Universalizar a rede de atendimento de coleta, afastamento e tratamento de esgoto em todas as áreas urbanas consolidadas e consolidáveis ▪ Colaborar para tornar as praias da RMBS boas e adequadas para o banho em mais de 90% dos dias do ano; ▪ Universalizar a coleta de resíduos sólidos não recicláveis em todas as áreas urbanas consolidadas e consolidáveis; ▪ Consolidar a coleta seletiva de resíduos sólidos em todos os municípios da RMBS, ampliando a eficiência dos sistemas e sua capacidade de processamento; ▪ Estabelecer solução definitiva de destinação final dos resíduos sólidos localizada na região, para todos os municípios da RMBS; ▪ Consolidar a coleta e o tratamento de resíduos especiais em todos os municípios da RMBS.

Elaboração: Geo Brasilis, 2013.

Tais objetivos foram avaliados quanto às metas possíveis e necessárias, que são propostas, juntamente com indicadores de acompanhamento, por eixo temático, nos Quadros 6.2-2, 6.2-3, 6.2-4 e 6.2-5.



Quadro 6.2-2. Objetivos, metas e indicadores para o eixo temático Desenvolvimento Econômico

Objetivo	Metas				Indicadores
	2015	2020	2026	2030	
Estimular o crescimento econômico equalizado por meio da atração de investimentos privados de forma descentralizada	<p>Viabilização de todos os empreendimentos previstos até o ano de 2015 (projetos concluídos, em execução, em licitação, em licenciamento e anunciado).</p> <p>Viabilização de pelo menos 25% dos empreendimentos potenciais (projetos iniciados, em execução, em licitação, em licenciamento e anunciados)</p>	<p>Viabilização de todos os empreendimentos previstos até o ano de 2020 (projetos concluídos, em execução, em licitação, em licenciamento e anunciado).</p> <p>Viabilização de pelo menos 50% dos empreendimentos potenciais (projetos iniciados, em execução, em licitação, em licenciamento e anunciados)</p>	<p>Viabilização de todos os empreendimentos previstos até o ano de 2026 (projetos concluídos, em execução, em licitação, em licenciamento e anunciado).</p> <p>Viabilização de pelo menos 75% dos empreendimentos potenciais (projetos iniciados, em execução, em licitação, em licenciamento e anunciados)</p>	<p>Viabilização de todos os empreendimentos previstos até o ano de 2030 (projetos concluídos, em execução, em licitação, em licenciamento e anunciado).</p> <p>Viabilização de pelo menos 100% dos empreendimentos potenciais (projetos iniciados, em execução, em licitação, em licenciamento e anunciados)</p>	Aumento quantitativo percentual do Produto Interno Bruto – PIB e do Valor Agregado Setorial, comparativamente com o aumento do nível de emprego, da renda per capita por setor.
Ampliar o apoio institucional do Governo do Estado de São Paulo para a viabilização dos projetos estruturantes mais relevantes para a Baixada Santista	Viabilização de aspectos institucionais de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo para atração e viabilização de investimentos nos municípios.	Viabilização de aspectos institucionais de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo para atração e viabilização de investimentos nos municípios.	Viabilização de aspectos institucionais de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo para atração e viabilização de investimentos nos municípios.	Viabilização de aspectos institucionais de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo para atração e viabilização de investimentos nos municípios.	Número de projetos, estudos, e ampliação de parceria Estado-Município para viabilização dos projetos estruturantes.
Fomento ao desenvolvimento e a consolidação de atividades econômicas e cadeias produtivas e de negócios novos ou implantação de programas para cada cadeia econômica existente nos municípios da RMBS	<p>Aumento percentual do PIB igual ao PIB nacional</p> <p>Duas cadeias de negócios locais e regionais.</p>	<p>Aumento percentual do PIB igual ou superior ao PIB nacional</p> <p>Três cadeias de negócios locais e regionais.</p>	<p>Aumento percentual do PIB igual ou superior ao PIB nacional</p> <p>Quatro Cadeias de negócios locais e regionais.</p>	<p>Aumento percentual do PIB igual ou superior ao PIB nacional</p> <p>Quatro cadeias de negócios locais e regionais.</p>	<p>Comparação percentual da taxa evolutiva do PIB local/regional e do aumento percentual do PIB nacional.</p> <p>Número de programas.</p>
Inserir as cadeias de negócios e os empreendedores junto às oportunidades geradas pelos projetos estruturantes e investimentos públicos e privados previstos.	Aumentar o nível de inserção e aproveitamento local/regional dos novos projetos de investimento de caráter estruturante	Aumentar o nível de inserção e aproveitamento local/regional dos novos projetos de investimento de caráter estruturante	Aumentar o nível de inserção e aproveitamento local/regional dos novos projetos de investimento de caráter estruturante	Aumentar o nível de inserção e aproveitamento local/regional dos novos projetos de investimento de caráter estruturante	

Elaboração: Geo Brasilis, 2013.



Quadro 6.2-3. Objetivos, metas e indicadores para o eixo temático Habitação

Objetivo	Metas				Indicadores
	2015	2020	2026	2030	
Equacionar o déficit e a demanda futura de habitação para a população de baixa renda que não tem como adquirir unidades habitacionais pela via do mercado	Entre 20.000 e 40.000 unidades habitacionais produzidas e entregues.	Entre 30.000 e 50.000 unidades habitacionais produzidas e entregues.	Entre 63.469 e 116.383 unidades habitacionais produzidas e entregues.	Entre 13.664 e 42.600 unidades habitacionais produzidas e entregues.	Número de unidades habitacionais produzidas / ano.
Reequilibrar a produção de unidades habitacionais entre os municípios da Baixada Santista para atender à população deficitária e demandatória, em especial dos municípios de São Vicente e Mongaguá.	20% das unidades habitacionais produzidas definidas conforme estratégia de ocupação regional a partir das definições estabelecidas por estratégias regionais.	50% das unidades habitacionais produzidas foram definidas conforme estratégia de ocupação regional a partir das definições estabelecidas por estratégias regionais.	70% das unidades habitacionais produzidas foram definidas conforme estratégia de ocupação regional a partir das definições estabelecidas por estratégias regionais.	100% das unidades habitacionais produzidas foram definidas conforme estratégia de ocupação regional a partir das definições estabelecidas por estratégias regionais.	Relação entre número de unidades habitacionais produzidas a partir de estratégia regional e número total de unidades produzidas
Conter a expansão horizontal dos assentamentos precários na RMBS, especialmente nos municípios de São Vicente e Guarujá.	Ocorrência de 5% de expansão de área dos assentamentos precários.	Ocorrência de 2% de expansão de área dos assentamentos precários.	Não ocorrência de expansão de área dos assentamentos precários.	Ocorrência de redução de 2% de área dos assentamentos precários.	Relação entre área expandida e área total dos assentamentos precários.
Produzir unidades habitacionais suficientes para atender à demanda habitacional futura nos assentamentos precários.	10.000 unidades habitacionais produzidas e entregues nos assentamentos precários.	Entre 14.130 e 15.066 unidades habitacionais produzidas e entregues nos assentamentos precários.	14.396 unidades habitacionais produzidas e entregues nos assentamentos precários.	Entre 15.556 e 19.424 unidades habitacionais produzidas e entregues nos assentamentos precários.	Número de unidades produzidas nos assentamentos precários / ano

Elaboração: Geo Brasilis, 2013.



Quadro 6.2-4. Objetivos, metas e indicadores para o eixo temático Mobilidade

Objetivo	Metas				Indicadores
	2015	2020	2026	2030	
Tornar o sistema de vias macro metropolitanas capaz de atender plenamente e satisfatoriamente às demandas de veículos de cargas e de passeios.	Definição de modelo para construção de novo viário macro metropolitano.	Licenciamento ambiental do novo viário macro metropolitano.	Conclusão da nova via de acesso ligando a RMSP à RMBS, melhoria de fluxo no sistema viário macro metropolitano.	Com mais uma via somada aos sistemas de vias macro metropolitanas tem-se como meta a melhoria do nível de serviços predominando os níveis A, B e C e erradicando os níveis D, E e F.	Níveis de serviço das rodovias SP 150, SP 160 e SP 55.
Aumentar a fluidez do trânsito e diminuir o tempo dos deslocamentos de pessoas entre os municípios da RMBS	<p>Conclusão do Plano de Mobilidade Regional.</p> <p>Obras de melhoria do transporte público em andamento.</p> <p>Sistema de Monitoramento e Avaliação implantado e operando, para levantar dados e trabalhar possibilidade de melhoria da mobilidade.</p> <p>Implantação do programa de articulação multimodal.</p> <p>Conclusão o estudo de viabilidade hidroviário. As demais metas para este modal deverão ser definidas após a conclusão do estudo.</p>	<p>Conclusão dos Planos de Mobilidade Municipais.</p> <p>Queda de 5% no tempo dos deslocamentos regionais por modal, quando comparado à pesquisa de Origem e Destino (OD) de 2012.</p>	<p>Queda de 10% no tempo dos deslocamentos regionais por modal, quando comparado à pesquisa de Origem e Destino (OD) de 2012.</p>	<p>Queda de 20% no tempo dos deslocamentos regionais por modal, quando comparado à pesquisa de Origem e Destino (OD) de 2012.</p>	Tempo de deslocamento por km e modal utilizado
Aumentar o número de usuários de transporte coletivo em todos os municípios da RMBS	<p>Concessão dos transportes públicos VLT e ônibus, melhoria nos serviços e qualidade da frota.</p> <p>Implantação do bilhete único regional.</p>	Aumento em 10% no número de viagens realizadas em transporte público, com base de comparação dos dados de 2013 da EMTU.	Aumento em 15% no número de viagens realizadas em transporte público, comparação dos dados de 2013 da EMTU.	Aumento em 20% no número de viagens realizadas em transporte público, comparação dos dados de 2013 da EMTU.	Número de viagens realizadas por transporte coletivo
Aumentar o número de usuários de bicicletas para o transporte cotidiano diário	<p>Adequação de ciclovias e ciclofaixas existentes</p> <p>Conclusão do Plano de Mobilidade Regional.</p>	Conclusão da ciclovia regional na faixa de domínio do ramal ferroviário Cajati-Santos.	<p>Conclusão da implantação de ciclovidas/ ciclofaixas nas vias de interesse metropolitano.</p> <p>Em relação aos dados da Pesquisa de Origem e Destino de 2012, aumento em 15% no número de viagens realizadas por bicicleta.</p>	Em relação aos dados da Pesquisa de Origem e Destino de 2012, aumento em 20% no número de viagens realizadas por bicicleta.	Número de viagens realizadas por bicicletas

Implantar sistema ferroviário macro metropolitano de cargas e de passageiros	Definição de modelo para construção de novo sistema ferroviário macro metropolitano		Comparado com os dados de 2013, da CODESP espera-se um aumento de 25% nas cargas transportadas pelo modal ferroviário com a conclusão da nova ferrovia interligando RMSP-RMBS	Redução em 5% no número de viagens realizadas por veículos entre a RMSP e RMBS após a implantação do trem metropolitano de passageiros, confrontando com os números de 2020 da concessionária ECOVIAS	Ton. e valor de cargas que deixaram de ser transportadas pelo modal rodoviário e passaram para o ferroviário Número de viagens realizadas pelo trem metropolitano e número de veículos
--	---	--	---	---	---

Elaboração: Geo Brasilis, 2013.

Quadro 6.2-5. Objetivos, metas e indicadores para o eixo temático Saneamento Básico

Objetivo	Metas				
	2015	2020	2026	2030	Indicadores
Universalizar o atendimento (através de rede de abastecimento) de água potável a todas as áreas urbanas consolidadas e consolidáveis.	100% dos domicílios em ocupações regulares atendidos	100% dos domicílios em ocupações regulares atendidos e 60% dos domicílios em ocupações consolidáveis e em consolidação atendidos	100% dos domicílios em ocupações regulares atendidos e 80% dos domicílios em ocupações consolidáveis e em consolidação atendidos	100% dos domicílios em ocupações regulares atendidos e 100% dos domicílios em ocupações consolidáveis e em consolidação atendidos	% de domicílios permanentes atendidos pela rede de abastecimento de água, calculado separadamente para domicílios regulares e irregulares
Manter a qualidade da água dos sistemas produtores da Baixada Santista	Manter os índices de qualidade da água IQA e IAP de pontos de amostra da Baixada Santista com classificação boa ou ótima	Manter os índices de qualidade da água IQA e IAP de pontos de amostra da Baixada Santista com classificação boa ou ótima	Manter os índices de qualidade da água IQA e IAP de pontos de amostra da Baixada Santista com classificação boa ou ótima	Manter os índices de qualidade da água IQA e IAP de pontos de amostra da Baixada Santista com classificação boa ou ótima	IQA e IAP
Garantir vazão de água suficiente para atendimento de todos os domicílios ligados à rede de abastecimento de água	Redução de 20% das ocorrências de falta de água por queda de pressão nos ramais críticos (mais altos) Redução do índice de perdas, conforme Quadro 5.2-5	Redução de 40% das ocorrências de falta de água por queda de pressão nos ramais críticos (mais altos) Redução do índice de perdas, conforme Quadro 5.2-5	Redução de 60% das ocorrências de falta de água por queda de pressão nos ramais críticos (mais altos) Redução do índice de perdas, conforme Quadro 5.2-5	Redução de 80% das ocorrências de falta de água por queda de pressão nos ramais críticos (mais altos) Redução do índice de perdas, conforme Quadro 5.2-5	Tempo de interrupção de abastecimento nos pontos de menor pressão da rede, por ano IPDt - Índice de Perdas Totais por ramal de distribuição (l/ramal.dia), por município/ setor de abastecimento, conforme Quadro 5.2-5
Universalizar a rede de atendimento de coleta, afastamento e tratamento de esgoto em todas as áreas urbanas consolidadas e consolidáveis	100% dos domicílios em ocupações regulares atendidas	100% dos domicílios em ocupações regulares atendidos e 50% dos domicílios em ocupações consolidáveis e em consolidação atendidos	100% dos domicílios em ocupações regulares atendidos e 70% dos domicílios em ocupações consolidáveis e em consolidação atendidos	100% dos domicílios em ocupações regulares atendidos e 100% dos domicílios em ocupações consolidáveis e em consolidação atendidos	% de domicílios permanentes atendidos pela rede de abastecimento de água



Objetivo	Metas				Indicadores
	2015	2020	2026	2030	
Colaborar para tornar as praias da RMBS boas e adequadas para o banho em mais de 90% dos dias do ano	Índice de balneabilidade bom ou ótimo em todos os dias de amostragem em, no mínimo, 35% das praias da Baixada Santista	Índice de balneabilidade bom ou ótimo em todos os dias de amostragem em, no mínimo, 45% das praias da Baixada Santista	Índice de balneabilidade bom ou ótimo em todos os dias de amostragem em, no mínimo, 55% das praias da Baixada Santista	Índice de balneabilidade bom ou ótimo em todos os dias de amostragem em, no mínimo, 75% das praias da Baixada Santista	Índice de Balneabilidade
Universalizar a coleta de resíduos sólidos não recicláveis em todas as áreas urbanas consolidadas e consolidáveis	100% de domicílios atendidos	100% de domicílios atendidos	100% de domicílios atendidos	100% de domicílios atendidos	Indicador de cobertura de coleta regular de RSU, por município
Consolidar a coleta seletiva de resíduos sólidos em todos os municípios da RMBS, ampliando a eficiência dos sistemas e sua capacidade de processamento	100% de domicílios atendidos em Praia Grande, Santos e São Vicente 40% de domicílios atendidos nos demais municípios	100% de domicílios atendidos em Praia Grande, Santos e São Vicente 40% de domicílios atendidos nos demais municípios	100% de domicílios atendidos em todos os municípios da Baixada Santista	100% de domicílios atendidos em todos os municípios da Baixada Santista	Indicador de cobertura de coleta seletiva, por município
Estabelecer solução definitiva de destinação final dos resíduos sólidos localizada na região, para todos os municípios da RMBS	100% dos prazos atendidos do plano de trabalho para a implantação a solução definitiva Estudo de viabilidade econômico-financeira, ambiental e técnica finalizado e aprovado pelos municípios.	100% dos prazos atendidos do plano de trabalho para a implantação a solução definitiva IQR de todos os municípios da região maior que 8 e com disposição realizada na RMBS	100% dos prazos atendidos do plano de trabalho para a implantação a solução definitiva IQR de todos os municípios da região maior que 8 e com disposição realizada na RMBS	100% dos prazos atendidos do plano de trabalho para a implantação a solução definitiva IQR de todos os municípios da região maior que 8 e com disposição realizada na RMBS	Indicador de implantação (atendimento de prazos do plano de trabalho) IQR
Consolidar a coleta e o tratamento de resíduos especiais em todos os municípios da RMBS	100% dos prazos atendidos do plano de trabalho para a implantação a solução definitiva Estudo de viabilidade econômico-financeira, ambiental e técnica finalizado e aprovado pelos municípios.	100% dos prazos atendidos do plano de trabalho para a implantação a solução definitiva IQR de todos os municípios da região maior que 8 e com disposição realizada na RMBS	100% dos prazos atendidos do plano de trabalho para a implantação a solução definitiva IQR de todos os municípios da região maior que 8 e com disposição realizada na RMBS	100% dos prazos atendidos do plano de trabalho para a implantação a solução definitiva IQR de todos os municípios da região maior que 8 e com disposição realizada na RMBS	Indicador de implantação (atendimento de prazos do plano de trabalho) IQR

Elaboração: Geo Brasilis, 2013.



Quadro 6.2-5. Metas para a redução de perdas de água tratada nos sistemas de distribuição da Baixada Santista (IPDt em litros/ ramal x dia)

Metas Propostas para Redução Contínua de Perdas de Água (IPDt em litros/ ramal x dia)						
Município	Unidade	Resultados Dez/12	Meta Proposta			
			Dez/15	Dez/20	Dez/26	Dez/30
Bertioga	Litros / ramal x dia	411	397	359	314	283
Cubatão	Litros / ramal x dia	315	300	252	193	153
Guarujá	Litros / ramal x dia	724	772	696	603	541
Itanhaém	Litros / ramal x dia	161	164	144	119	103
Mongaguá	Litros / ramal x dia	175	170	150	126	109
Peruíbe	Litros / ramal x dia	152	157	135	107	88
Praia Grande	Litros / ramal x dia	403	368	330	283	252
Santos	Litros / ramal x dia	444	407	318	206	132
São Vicente	Litros / ramal x dia	729	658	607	545	504

Fonte: Sabesp, 2014.

6.3. Estratégias de Desenvolvimento

6.3.1. Desenvolvimento Urbano

Do ponto de vista do Desenvolvimento Urbano, a construção do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico da Baixada Santista se orienta pela necessidade estratégica de articular investimentos e ações de diferentes setores e esferas de governo, respeitando as diretrizes municipais e ambientais para o desenvolvimento ordenado da região.

Neste sentido, é importante conciliar e equacionar situações que se contextualizam e relacionam na região, tornando impossível sua solução através de ações exclusivamente locais, entre as quais se destacam:

- Concentração de empregos no município de Santos e seu entorno, o que

tende a ser intensificado com investimentos até 2030;

- Maior crescimento demográfico e de domicílios nos municípios de Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá e Praia Grande, onde há menor volume de empregos e investimentos e maiores deficiências de infraestrutura;
- Processos de gentrificação regional, com expulsão de moradores devido ao aumento do valor da terra e reflexos em ocupações irregulares em outros municípios;
- Ausência de infraestrutura urbana e de saneamento básico em assentamentos precários, onde também há empecilhos à regularização fundiária;
- Escassez de áreas para produção habitacional nos municípios mais pressionados por déficits crescentes, o que se combina à expansão de assentamen-



tos precários em áreas ambientalmente frágeis ou protegidas, na área central da região;

- Dificuldade nos deslocamentos metropolitanos e macro metropolitanos, impulsionada pelo crescimento contínuo da frota de veículos, preferência pelo transporte motorizado individual, concorrência entre transporte de cargas e passageiros e por deslocamentos pendulares;
- Vias de transporte pressionadas pelo deslocamento de cargas, que pode crescer com a expansão do Porto de Santos, atualmente responsável por 25% do manuseio de cargas no país;
- Complexidade do licenciamento ambiental de empreendimentos na região, em função de peculiaridades ambientais e forte presença de Unidades de Conservação;
- Dificuldades na aplicação de instrumentos reguladores de política urbana, desatualização de planos diretores em alguns municípios e ausência de instrumentos de planejamento relevantes como planos de mobilidade.

A proposição de um instrumento de planejamento territorializado e baseado em análises integradas, onde os cenários de crescimento urbano e de demandas por infraestrutura são induzidos pelo crescimento econômico e de empregos, pode orientar a atuação conjunta de prefeituras, agência metropolitana e governo estadual e federal na construção de uma região inteligente e sustentável.

Assim, o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico da Baixada Santista se propõe a cumprir este papel, unificando a agenda de programas, projetos estratégicos e ações para a região até 2030, para os temas incluídos no seu escopo:

- Desenvolvimento Econômico;
- Habitação;
- Mobilidade; e
- Saneamento Básico.

Paralelamente à realização dos objetivos e estratégias de desenvolvimento aqui propostas, destaca-se a oportunidade de implantação de um observatório metropolitano, na forma do Sistema de Monitoramento e Avaliação, que permita o

acompanhamento da implementação de ações, dos resultados dos indicadores propostos quanto à consecução das metas; da realização dos cenários projetados, manutenção e ampliação do banco de dados especializados, etc.

Neste contexto, cabe destacar a necessidade de planejamento regional, a partir do PMDE-BS e dos cenários propostos por ele, para outros temas relevantes à qualidade de vida urbana que deve ser almejada para a Baixada Santista:

- Saúde;
- Segurança Pública;
- Educação;
- Infraestrutura de energia elétrica, entre outros.

6.3.1.1. Proposição de Estratégias para Desenvolvimento Urbano

A construção de uma região metropolitana integrada e com bom desempenho em indicadores de qualidade de vida urbana envolve, necessariamente, a atuação de diferentes esferas de governo nos seguintes aspectos:

- Valorização do planejamento, enquanto ferramenta de construção de cidades sustentável, através da elaboração e implantação de planos setoriais relacionados a planejamento urbano, mobilidade, saneamento básico, entre outros;
- Construção de espaços de interação de diversas esferas de governo e organizações privadas, para o exercício contínuo do diálogo participativo, integração de ações e otimização da utilização de recursos;
- Implantação sustentável de projetos de grande capacidade de transformação do território, com avaliações prévias de impactos sobre as áreas urbanizadas e a urbanizar e indicação de ações de mitigação e compensação;
- Instrumentalização dos gestores públicos, de modo que tenham os recursos necessários para gerir localidades integradas em tecido urbano complexo, sujeito às interferências superiores a sua esfera de atuação, visando garantir

a implantação de políticas públicas locais e colaborando para a construção das políticas que são regionais;

- Utilização de recursos em programas e ações orientados para objetivos de longo prazo, além da solução de questões imediatas.

A partir de tais premissas, foram definidas diferentes tipos de estratégias de desenvolvimento, no contexto do PMDE-BS:

- Orientações de Planejamento: aglutinam as indicações para revisão de instrumentos de planejamento existentes ou para a elaboração de novos, sejam eles de caráter municipal ou metropolitano;
- Projetos Estruturantes: se referem a investimentos e obras com grande poder de transformação para a região, podendo ser já existentes ou novos;
- Programas: são programas de governo, em sua maioria estaduais e federais, capazes de prover recursos e soluções para questões associadas à consecução dos objetivos apresentados. Dividem-se em:
 - » Existentes e aplicados: são os programas previstos em PPA – Planos Plurianuais vigentes, que são aplicados na Baixada Santista;
 - » Existentes e não aplicados: são aqueles previstos em PPA vigentes, mas cuja utilização não foi identificada na região ou em seus municípios;
 - » Novos programas: são programas não existentes atualmente, que devem ser implementados de modo a prover atendimento e recursos para ações críticas nos temas estudados, na Baixada Santista, colaborando para o alcance das metas propostas. Serão necessariamente detalhados posteriormente;
- Ações: São iniciativas de caráter pontual e não programático, que devem ser implantadas de modo a assegurar a efetividade do PMDE-BS.

Tais estratégias de desenvolvimento, concebidas como mecanismos cabíveis para a consecução dos objetivos anteriormente apresentados, têm sua orientação pautada pelas seguintes diretrizes:

- Fortalecimento do planejamento metropolitano e local, incluindo alinhamento com o Plano de Ação da Macrometrópole;

- Solução de gargalos e lacunas de atendimento setoriais identificadas a partir da situação atual e dos cenários propostos;
- Necessidade de fortalecimento da atuação regional sobre os temas de caráter metropolitano e que influenciem a qualidade de vida na região; e
- Redução de hiatos regionais de atendimento de infraestrutura.

Assim, são apresentadas a seguir as estratégias de desenvolvimento recomendadas para os temas relacionados ao desenvolvimento urbano.



Quadro 6.3.1.1-1. Estratégias de desenvolvimento para Habitação

	OBJETIVO	ORIENTAÇÕES DE PLANEJAMENTO	CARTEIRA DE INVESTIMENTOS PROJETOS ESTRUTURANTES		PROGRAMAS	AÇÕES
HABITAÇÃO	H1. Equacionar o déficit e a demanda futura de habitação para a população de baixa renda que não tem como adquirir unidades habitacionais pela via do mercado	<p>H1.1. Revisão dos PLHIS municipais (para atualização do déficit e demanda) e quantificação de investimentos.</p> <p>H1.2. Revisão de Lei de Uso e Ocupação do Solo / Código de Edificações para facilitar a construção de HIS e possibilitar adensamentos em áreas estratégicas.</p> <p>H1.3. Elaboração do Plano Regional de Habitação da Baixada Santista em consonância com os planos municipais.</p>	H1.4. Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar I e II	Existentes aplicados	<p>FEDERAL</p> <p>H1.5. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) / Minha Casa Minha Vida</p> <p>H1.6. Ação Provisão Habitacional de Interesse Social - assistência técnica</p> <p>ESTADUAL</p> <p>H1.7. Parceria com municípios</p> <p>H1.8. Casa Paulista / Fomento Habitacional</p> <p>H1.9. Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica (Bertioga e Cubatão)</p>	<p>H1.20. Ampliação da capacidade de investimento para a produção de habitação de interesse social.</p> <p>H1.21. Efetivação da articulação entre Estado e União para a coesão dos esforços no combate ao déficit habitacional e atendimento às demandas futuras.</p> <p>H1.22. Fomento ao estabelecimento de parcerias público-privadas como mecanismo de financiamento de parte das habitações de HIS</p> <p>H1.23. Fomento à atuação das entidades associativas para ampliar a captação de recursos do Estado e União, ampliando a capacidade de investimentos.</p> <p>H1.24. Acompanhamento e articulação da gestão da política habitacional regional por meio da Agem.</p> <p>H1.25. Estabelecer estratégia para aquisição de terrenos localizados junto às principais intervenções viárias e de ampliação das modalidades de transporte, principalmente do transporte coletivo.</p> <p>H1.26. Estabelecer um sistema de controle e monitoramento das ações realizadas pelos municípios de forma a garantir o cumprimento das metas.</p> <p>H1.27. Criação de um sistema de monitoramento e acompanhamento das famílias beneficiadas nos programas de forma a coibir o repasse das unidades de forma indevida. O acompanhamento social permanente deverá também monitorar as condições socioeconômicas das famílias para a manutenção da moradia</p>
					<p>FEDERAL</p> <p>Fontes variadas:</p> <p>H1.10. Programa Minha Casa Minha Vida – entidades (se houver demanda)</p> <p>Recursos FNHIS:</p> <p>H1.11. Programa de Moradia Digna</p> <p>H1.12. Ação Provisão Habitacional de Interesse Social</p> <p>Recursos OGU:</p> <p>H1.13. Programa de Subsídio Habitacional – PSH</p> <p>FGTS:</p> <p>H1.14. Carta de Crédito Individual</p> <p>H1.15. Carta de Crédito Associativo</p> <p>H1.16. Programa Pró Moradia</p> <p>ESTADUAL</p> <p>H1.17. Programa de Gestão Compartilhada com Entidades</p>	
				Novos programas	<p>H1.18. Programa de parceria entre Estado e União para aquisição de terreno destinado à HIS</p> <p>H1.19. Programa de Pós-Ocupação (incluindo apoio à gestão condominial)</p>	

	OBJETIVO	ORIENTAÇÕES DE PLANEJAMENTO	CARTEIRA DE INVESTIMENTOS PROJETOS ESTRUTURANTES		PROGRAMAS	AÇÕES
HABITAÇÃO	<p>H2. Reequilibrar a produção de unidades habitacionais entre os municípios da Baixada Santista para atender à população deficitária e demandatária, em especial dos municípios de São Vicente e Mongaguá.</p>	<p>H2.1. Revisão dos PLHIS municipais (para atualização do déficit e demanda) e quantificação de investimentos.</p> <p>H2.2. Elaboração do Plano Regional de Habitação da Baixada Santista em consonância com os planos municipais.</p>	<p>H2.3. Planejamento de Política Habitacional associado a Projeto de reestruturação de mobilidade regional (sistema de transporte coletivo + VLT + ciclovia) integrado à formação de banco de terras para a produção habitacional</p>	Existentes aplicados	<p>FEDERAL</p> <p>H2.4. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) / Minha Casa Minha Vida</p> <p>H2.5. Ação Provisão Habitacional de Interesse Social - assistência técnica</p> <p>ESTADUAL</p> <p>H2.6. Parceria com municípios</p> <p>H2.7. Casa Paulista / Fomento Habitacional</p> <p>H2.8. Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica (Bertioga e Cubatão)</p>	<p>H2.18. Acompanhamento e articulação da política habitacional regional por meio da Agem, de forma a estabelecer um equilíbrio no atendimento habitacional diante o déficit e demanda existentes em cada um dos municípios.</p> <p>H2.19. Estruturar plano de atendimento habitacional regional em consonância com o sistema de intermodalidade dos transportes e formação de banco de terras para a produção habitacional.</p> <p>H2.20. Implantar Sihab e Cadastro único regional e estabelecer uma gestão do cadastro único na Região Metropolitana para direcionar e monitorar o atendimento habitacional às famílias de até 3 salários mínimos.</p>
				Existentes não aplicados	<p>FEDERAL</p> <p>Fontes variadas:</p> <p>H2.9. Programa Minha Casa Minha Vida – entidades (se houver demanda)</p> <p>Recursos FNHIS:</p> <p>H2.10. Programa de Moradia Digna</p> <p>H2.11. Ação Provisão Habitacional de Interesse Social</p> <p>Recursos OGU:</p> <p>H2.12. Programa de Subsídio Habitacional – PSH</p> <p>FGTS:</p> <p>H2.13. Carta de Crédito Individual</p> <p>H2.14. Carta de Crédito Associativo</p> <p>H2.15. Programa Pró Moradia</p> <p>ESTADUAL</p> <p>H2.16. Programa de Gestão Compartilhada com Entidades</p>	
				Novos programas	<p>H2.17. Programa de parceria entre Estado e União para aquisição de terreno destinado à HIS</p>	



	OBJETIVO	ORIENTAÇÕES DE PLANEJAMENTO	CARTEIRA DE INVESTIMENTOS PROJETOS ESTRUTURANTES		PROGRAMAS	AÇÕES
HABITAÇÃO	<p>H3. Conter a expansão horizontal dos assentamentos precários na RMBS, especialmente nos municípios de São Vicente e Guarujá.</p>	<p>H3.1. Revisão dos PLHIS (para conhecimento mais aprofundado dos núcleos de assentamentos precários).</p> <p>H3.2. Elaboração do Plano Regional de Habitação da Baixada Santista em consonância com os planos municipais.</p>	Sem indicação	Existentes aplicados	<p>FEDERAL</p> <p>H3.3. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 / Minha Casa Minha Vida</p> <p>ESTADUAL</p> <p>H3.4. Programa Cidade Legal</p> <p>H3.5. Programa de Urbanização de Favelas (Programa de Urbanização Integrada / Programa de Reassentamento de Favelas e Áreas de Risco / Programa Técnico-Social em Urbanização de Favelas) – Intensificação da aplicação</p>	<p>H3.12. Estabelecer mecanismos de congelamento dos assentamentos precários, com prioridade para os assentamentos localizados em áreas críticas e com conflitos ambientais.</p> <p>H3.13. Efetivação da articulação entre Estado e União para união de esforços no combate ao déficit habitacional e atendimento às demandas futuras.</p> <p>H3.14. O cadastro único deve possibilitar a triagem das famílias moradoras dos assentamentos precários de forma a monitorar o crescimento da demanda em cada um dos núcleos existentes.</p> <p>H3.15. Realizar periodicamente a atualização do cadastro social (a cada um ano) em todos os assentamentos precários da RMBS.</p> <p>H3.16. Efetivar um acompanhamento sistemático nos assentamentos precários, principalmente os de maior fragilidade ambiental, de forma a controlar a expansão horizontal da ocupação.</p> <p>H3.17. Realizar levantamento de todos os assentamentos precários por município, classificando-os segundo o padrão de consolidação (consolidados, consolidáveis e não consolidáveis) para planejar os investimentos em saneamento nos núcleos consolidáveis e incluí-los, junto aos consolidados, no conjunto de áreas a serem regularizadas e integradas ao tecido oficial, além de serem planejadas para que tenham adensamento construtivo e populacional.</p> <p>H3.18. Manter, através do Sistema de Monitoramento e Avaliação e de ação das Prefeituras Municipais a atualização do levantamento realizado, que deve ser integrado a sistemas setoriais, destacadamente o Sihab.</p>
					<p>FEDERAL</p> <p>Recursos FNHIS:</p> <p>H3.6. Programa de Moradia Digna</p> <p>H3.7. Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários</p> <p>Recursos OGU:</p> <p>H3.8. Programa de Moradia Digna (Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários)</p>	
					<p>Novos programas</p> <p>H3.9. Programa de apoio à gestão compartilhada de assentamentos precários, incluindo disponibilização de recursos e capacitação.</p> <p>H3.10. Programa de acompanhamento social permanente nos assentamentos precários (cadastro social)</p> <p>H3.11. Programa de Prevenção de Riscos</p>	

	OBJETIVO	ORIENTAÇÕES DE PLANEJAMENTO	CARTEIRA DE INVESTIMENTOS PROJETOS ESTRUTURANTES		PROGRAMAS	AÇÕES
HABITAÇÃO	<p>H4. Produzir unidades habitacionais suficientes para atender à demanda habitacional futura nos assentamentos precários</p>	<p>H4.1. Revisão dos PLHIS municipais (para atualização do déficit e demanda) e quantificação de investimentos.</p> <p>H4.1. Elaboração do Plano Regional de Habitação da Baixada Santista em consonância com os planos municipais.</p>	Sem indicação	Existentes aplicados	<p>FEDERAL</p> <p>H4.3. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 / Minha Casa Minha Vida</p> <p>ESTADUAL</p> <p>H4.4. Programa Cidade Legal</p> <p>Não há informações se são aplicados Programas de Urbanização de Favelas</p> <p>H4.5. Programa de Urbanização de Favelas (Programa de Urbanização Integrada / Programa de Reassentamento de Favelas e Áreas de Risco / Programa Técnico-Social em Urbanização de Favelas)</p>	<p>H4.11. Expansão da provisão de unidades habitacionais na Região de forma a atender a população demandatária oriunda de assentamentos precários.</p> <p>H4.12. Articulação das políticas de provisão habitacional e urbanização de assentamentos precários combinando as estratégias de controle da expansão dos assentamentos precários com oferta de novas unidades habitacionais produzidas, em especial nos municípios de São Vicente e Guarujá.</p>
	Existentes não aplicados	<p>FEDERAL</p> <p>Recursos FNHIS:</p> <p>H4.6. Programa de Moradia Digna</p> <p>H4.7. Programa de Urbanização, Regularização e Integração de H4.8. Assentamentos Precários</p> <p>Recursos OGU:</p> <p>H4.9. Programa de Moradia Digna (Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários)</p>				
	Novos programas	<p>H4.10. Programa de Apoio à gestão compartilhada de assentamentos precários em ZEIS.</p>				
HABITAÇÃO	<p>H5. Adquirir quantidade de terra suficiente para equacionar o déficit e demanda habitacional até 2030</p>	<p>H5.1. Revisão dos PLHIS para quantificação das áreas necessárias, inclusive nos assentamentos precários.</p> <p>H5.2. Revisão dos Planos Diretores de todos os municípios para a implementação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade e incluir regras para a sua aplicação (de forma a enfrentar a implementação de uma política de terras).</p> <p>H5.3. Regulamentar os mecanismos de aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade (de forma a enfrentar a implementação de uma política de terras).</p>	<p>H5.4. Planejamento de Política Habitacional associado a Projeto de reestruturação de mobilidade regional (sistema de transporte coletivo + VLT + BRT + ciclovia) integrado à formação de banco de terras para a produção habitacional</p>	Existentes aplicados	Sem indicação	<p>H5.6. Realizar, no âmbito da Agem, estudo aprofundado de viabilidade técnico-econômica dos terrenos existentes em todos os municípios da RMBS para comparar com os números do déficit e demanda habitacional. A seleção de terrenos para provisão habitacional deverá ter como critério determinante a questão da acessibilidade com as intervenções voltadas à multimodalidade dos transportes e ao transporte coletivo.</p> <p>H5.7. Auxiliar os municípios na aplicação dos instrumentos urbanísticos que contribuam para a formação de banco de terras: Direito de Preempção, Parcelamento Compulsório e IPTU Progressivo, Dação em Pagamento, ZEIS, além de instrumentos que auxiliem no financiamento da aquisição de terras, como a Outorga Onerosa, Operações Urbanas e Transferência de Potencial Construtivo.</p> <p>H5.8. Criação de um Fundo Metropolitano de Habitação de Interesse Social destinado exclusivamente para a aquisição de terras, composto por parte do orçamento estadual, parte dos orçamentos municipais, parte das arrecadações advindas da aplicação dos instrumentos urbanísticos.</p> <p>H5.9. Realizar levantamento sistemático dos terrenos pertencentes à UNIÃO, inclusive as relacionadas à malha ferroviária do Estado de São Paulo que podem ser disponibilizados para a produção de HIS.</p>
	Existentes não aplicados	Sem indicação				
	Novos programas	<p>H5.5. Programa de parceria entre Estado e União para aquisição de terreno destinado à HIS</p>				



6.3.1.1-2. Estratégias de desenvolvimento para Mobilidade

	OBJETIVO	ORIENTAÇÕES DE PLANEJAMENTO	CARTEIRA DE INVESTIMENTOS PROJETOS ESTRUTURANTES		PROGRAMAS	AÇÕES
SISTEMA VIÁRIO MACROMETROPOLITANO	<p>M1. Tornar o sistema de vias macrometropolitanas capaz de atender plenamente e satisfatoriamente às demandas de veículos de cargas e de passeios.</p>	<p>M1.1. Elaborar o Plano de Mobilidade Regional</p> <p>M1.2. Elaborar Planos Municipais de Mobilidade – em consonância com o Plano de Mobilidade Regional</p> <p>M1.3. Realizar parceria e promover o envolvimento da Agem, CT e órgãos competentes das Prefeituras Municipais com o Governo do Estado para planejar segunda fase do SIVIM.</p>	<p>FEDERAL</p> <p>M1.4. PAC - Vias Perimetrais ao Porto no município de Santos</p> <p>ESTADUAL</p> <p>M1.5. SLT e Iniciativa de Interesse Privado - Projeto de implantação de nova rodovia ligando o Rodoanel Leste ao Porto de Santos e Nova ligação macrometropolitana pela parte Sul da RMBS</p> <p>M1.6. SLT e Iniciativa de Interesse Privado - Projeto de implantação de uma nova ferrovia ligando o ferroanel ao Porto de Santos</p> <p>M1.7. CPTM - Trem Regional de Passageiros RMSP a RMBS</p>	Existentes aplicados	<p>ESTADUAL</p> <p>M1.8. SIVIM – Sistema viário de interesse metropolitano</p>	<p>M1.10. Adequar Câmara temática de transporte público de passageiros, transporte, sistema viário para que o assunto Carga, quando envolvido no cotidiano dos deslocamentos de pessoas seja debatido entre os participantes (se necessário com representantes de instituições ligadas ao assunto cargas) e que ações, planos ou projetos para melhoria nesses fluxos sejam indicados ao CONDESB e fundo metropolitano.</p>
				Existentes não aplicados	Sem indicação	
				Novos programas	<p>ESTADUAL</p> <p>M1.9. Agem – Observatório - Programa de gestão de Planos para acompanhamento e monitoramento do Plano Regional de Mobilidade, SIVIM e outros planos relativos a mobilidade, integrando com o monitoramento dos demais eixos.</p>	

	OBJETIVO	ORIENTAÇÕES DE PLANEJAMENTO	PROJETOS ESTRUTURANTES		PROGRAMAS	AÇÕES	
SISTEMA VIÁRIO METROPOLITANO	M2. Aumentar a fluidez do trânsito e diminuir o tempo dos deslocamentos de pessoas entre os municípios da RMBS	<p>M2.1. Elaborar o Plano de Mobilidade Regional</p> <p>M2.2. Realizar em parceria com o Governo do Estado para planejar segunda fase do SIVIM, de modo que as propostas estejam alinhadas com os objetivos regionais e definidas em parceria entre Agem, Prefeituras e STM.</p>	<p>FEDERAL</p> <p>M2.3. PAC - Vias Perimetrais ao Porto no município de Santos</p> <p>ESTADUAL</p> <p>M2.4. VLT – Veículo Leve Sobre Trilhos – EMTU – GESP (com articulação com BRT até Peruíbe)</p> <p>M2.5. Ligação Seca - Santos Guarujá – DERSA – GESP</p> <p>M2.6. Perimetrais – PAC – Governo Federal</p> <p>M2.7. Complexo viário de Cubatão</p> <p>MUNICIPAL</p> <p>M2.8. Praia Grande – Projeto piloto de bicicletário com centro de cadastramento e orientação aos ciclistas e implantação de paraciclos</p> <p>M2.9. Santos – Sistema Público de Bicicletas</p>	Existentes aplicados	<p>ESTADUAL</p> <p>M2.10. EMTU - SIVIM – Sistema viário de interesse metropolitano</p> <p>Agem - SINALVIM e SINALTUR</p>	<p>M2.14. Realizar campanhas para estimular a intermodalidade, os modais não motorizados e transporte público.</p> <p>M2.15. Instrumentalizar a Câmara temática de transporte público de passageiros, transporte, sistema viário para que tenha um papel decisivo ao recomendar e monitorar ações no âmbito da intermodalidade.</p>	
					Existentes não aplicados	<p>FEDERAL</p> <p>M2.11. BNDES - Programa Linha Projetos Estruturadores de Transporte Urbano - Apoio ao transporte urbano, com foco nos investimentos em transporte público sobre trilhos, pneus e hidroviários que visem à racionalização econômica, com redução dos custos totais do sistema; a priorização dos modais de maior capacidade e menor custo operacional; a integração tarifária e física; a acessibilidade universal, o aprimoramento da gestão e da fiscalização do sistema; e a redução dos níveis de poluição sonora e do ar e do consumo energético.</p>	
					Novos programas	<p>ESTADUAL</p> <p>M2.12. Agem - Programa de gestão de Planos para acompanhamento e monitoramento do Plano Regional de Mobilidade, SIVIM e outros planos relativos a mobilidade, integrando com o monitoramento dos demais eixos.</p> <p>M2.13. Agem - Programa de articulação multi /intermodal e captação de recursos e, com estrutura institucional que coordene a elaboração e execução de projetos de incentivo a multimodalidade.</p>	

	OBJETIVO	ORIENTAÇÕES DE PLANEJAMENTO	PROJETOS ESTRUTURANTES		PROGRAMAS	AÇÕES
TRANSPORTE	M3. Aumentar o número de usuários de transporte coletivo em todos os municípios da RMBS	M3.1. Elaborar o Plano de Mobilidade Regional	<p>ESTADUAL</p> <p>M3.2. EMTU - VLT – Veículo Leve Sobre Trilhos</p> <p>M3.3. Concessão VLT e veículos de pneus que será realizada pela EMTU em 2014.</p> <p>M3.4. CPTM - Trem Metropolitano de passageiros</p> <p>M3.5. Implantação e consolidação de linhas previstas do VLT e implantação do BRT até o município de Peruíbe</p>	Existentes aplicados	Sem indicação	Sem indicação



	OBJETIVO	ORIENTAÇÕES DE PLANEJAMENTO	PROJETOS ESTRUTURANTES		PROGRAMAS	AÇÕES
TRANSPORTE				Existentes não aplicados	<p>FEDERAL</p> <p>M3.6. BNDES - Programa Linha Projetos Estruturadores de Transporte Urbano - Apoio ao transporte urbano, com foco nos investimentos em transporte público sobre trilhos, pneus e hidrovíarios que visem à racionalização econômica, com redução dos custos totais do sistema; a priorização dos modais de maior capacidade e menor custo operacional; a integração tarifária e física; a acessibilidade universal, inclusive para os usuários com necessidades especiais; a utilização de tecnologias mais adequadas; o aprimoramento da gestão e da fiscalização do sistema; e a redução dos níveis de poluição sonora e do ar e do consumo energético.</p> <p>M3.7. Ministério das Cidades - Programa de Infraestrutura para a mobilidade urbana - ProMob - Programa de financiamento com recursos do BNDES/FAT que tem por objetivo apoiar intervenções viárias que promovam a melhoria da mobilidade urbana através da implementação de projetos de infraestrutura urbana que visem ao desenvolvimento dos sistemas de transporte público coletivo, de transporte não motorizado (passeios e ciclovias), promovendo a integração entre os modos e os preceitos da acessibilidade universal.</p> <p>M3.8. Ministério das Cidades - Programa de Infraestrutura de Transporte Coletivo – Pró- Transporte</p> <p>Estimular o transporte coletivo como indutor das funções produtivas e sociais das cidades brasileiras. O programa busca também contribuir para reduzir a pobreza e a marginalização da população de mais baixa renda, ao melhorar a cobertura da rede de transporte coletivo e reduzir os seus custos de operação, propiciando as condições para redução de tarifa. Além disso, visa contribuir para a redução dos congestionamentos nas vias urbanas, da emissão de poluentes e do desperdício de combustível.</p>	
	<p>M4. Aumentar o número de usuários de transporte coletivo em todos os municípios da RMBS</p>	<p>M4.1. Elaborar o Plano de Mobilidade Regional</p>	Sem indicação		<p>ESTADUAL</p> <p>M4.2. STM - Secretaria dos Transportes Metropolitanos Programa: Articulação Metropolitana. Objetiva estreitar o relacionamento entre os diversos setores da Secretaria dos Transportes Metropolitanos e suas empresas vinculadas e as administrações dos municípios integrantes das Regiões Metropolitanas e a sociedade civil organizada, no que se refere ao transporte metropolitano de passageiros. Além disso, promove a articulação e integração de projetos, ações e obras da Secretaria e de suas entidades vinculadas junto aos municípios integrantes das Regiões Metropolitanas.</p> <p>M4.3. STM - Secretaria dos Transportes Metropolitanos – EMTU/SP - Programa: Pró-Polos – Programa de Revitalização dos Polos de Articulação Metropolitana</p> <p>M4.4. STM - Secretaria dos Transportes Metropolitanos – EMTU/SP - Programa do Abrigo Metropolitano – PAM - Descrição: Consiste em implantar estações de embarque e desembarque padronizadas nos municípios das regiões metropolitanas do Estado por meio de convênios entre a EMTU/SP, empresa que faz parte da STM, e prefeituras locais.</p>	Sem indicação

	OBJETIVO	ORIENTAÇÕES DE PLANEJAMENTO	PROJETOS ESTRUTURANTES		PROGRAMAS	AÇÕES
				Novos programas	<p>ESTADUAL</p> <p>M4.5. Agem - Programa de gestão de Planos para acompanhamento e monitoramento do Plano Regional de Mobilidade, SIVIM e outros planos relativos a mobilidade, integrando com o monitoramento dos demais eixos.</p> <p>M4.6. Agem - Programa de articulação multi/intermodal e captação de recursos e, com estrutura institucional que coordene a elaboração e execução de projetos de incentivo a multimodalidade.</p>	

	OBJETIVO	ORIENTAÇÕES DE PLANEJAMENTO	PROJETOS ESTRUTURANTES		PROGRAMAS	AÇÕES
OUTROS MODAIS	M5. Aumentar o número de usuários de bicicletas para o transporte cotidiano diário	<p>M5.1. Elaborar o Plano de Mobilidade Regional</p> <p>M5.2. Revisar e criar sistema de monitoramento para o Plano Cicloviário Metropolitano.</p>	<p>ESTADUAL</p> <p>M5.3. Ciclovia na faixa de domínio do Ramal Ferroviário Cajati-Santos</p> <p>M5.4. Incentivo a implantação de ciclovias nas vias de interesse metropolitano, já definidas pelo SIVIM.</p>	Existentes aplicados	Sem indicação	<p>M5.11. Articular parceira com a ALL e implantar uma ciclovia metropolitana na faixa de domínio do ramal ferroviário Cajati-Santos</p> <p>M5.12. Incentivar projetos municipais que de condições adequadas de infraestrutura para o ciclista</p> <p>M5.13. Criar sistema de monitoramento para o Plano Cicloviário Metropolitano</p>
			<p>MUNICIPAL</p> <p>M5.5. Praia Grande – Projeto piloto de bicicletário com centro de cadastramento e orientação aos ciclistas e implantação de paraciclos</p> <p>M5.6. Santos – Sistema Público de Bicicletas</p>			<p>FEDERAL</p> <p>M5.7. Ministério das Cidades - Programa de Infraestrutura para a mobilidade urbana - ProMob - Programa de financiamento com recursos do BNDES/FAT que tem por objetivo apoiar intervenções viárias que promovam a melhoria da mobilidade urbana através da implementação de projetos de infraestrutura urbana que visem ao desenvolvimento dos sistemas de transporte público coletivo, de transporte não motorizado (passeios e ciclovias), promovendo a integração entre os modos e os preceitos da acessibilidade universal.</p> <p>ESTADUAL</p> <p>M5.8. Agem - Plano Cicloviário Metropolitano</p>



	OBJETIVO	ORIENTAÇÕES DE PLANEJAMENTO	PROJETOS ESTRUTURANTES		PROGRAMAS	AÇÕES
OUTROS MODAIS				Novos programas	<p>ESTADUAL</p> <p>M5.9. Agem - Programa de gestão de Planos para acompanhamento e monitoramento do Plano Regional de Mobilidade, SIVIM e outros planos relativos a mobilidade, integrando com o monitoramento dos demais eixos.</p> <p>M5.10. Agem - Programa de articulação multi/intermodal e captação de recursos e, com estrutura institucional que coordene a elaboração e execução de projetos de incentivo a multimodalidade.</p>	
				Existentes aplicados	Sem indicação	Sem indicação
	M6. Implantar sistema ferroviário macrometropolitano de cargas e de passageiros	M6.1. Elaborar o Plano de Mobilidade Regional	<p>ESTADUAL</p> <p>M6.2. SLT e Iniciativa de Interesse Privado - Projeto de implantação de uma nova ferrovia ligando o ferroanel ao Porto de Santos</p> <p>M6.3. CPTM - Trem Regional de Passageiros RMSP a RMBS</p>	<p>ESTADUAL</p> <p>M6.4. BNDES - Programa Linha Projetos Estruturadores de Transporte Urbano - Apoio ao transporte urbano, com foco nos investimentos em transporte público sobre trilhos, pneus e hidrovíarios que visem à racionalização econômica, com redução dos custos totais do sistema; a priorização dos modais de maior capacidade e menor custo operacional; a integração tarifária e física; a acessibilidade universal, inclusive para os usuários com necessidades especiais; a utilização de tecnologias mais adequadas; o aprimoramento da gestão e da fiscalização do sistema; e a redução dos níveis de poluição sonora e do ar e do consumo energético.</p>	Existentes não aplicados	
				Novos programas	<p>ESTADUAL</p> <p>M6.5. Agem - Programa de gestão de Planos para acompanhamento e monitoramento do Plano Regional de Mobilidade, SIVIM e outros planos relativos a mobilidade, integrando com o monitoramento dos demais eixos.</p> <p>M6.6. Agem - Programa de articulação multi/intermodal e captação de recursos e, com estrutura institucional que coordene a elaboração e execução de projetos de incentivo a multimodalidade.</p>	

	OBJETIVO	ORIENTAÇÕES DE PLANEJAMENTO	PROJETOS ESTRUTURANTES		PROGRAMAS	AÇÕES
OUTROS MODAIS	M7. Implantar sistema hidroviário metropolitano de cargas e pessoas	<p>M7.1. Elaborar o Plano de Mobilidade Regional</p> <p>M7.2. Elaborar plano/estudo de viabilidade para transporte hidroviário</p>	Sem indicação	Existentes aplicados	Sem indicação	Sem indicação
				Existentes não aplicados	<p>FEDERAL</p> <p>M7.3. BNDES - Programa Linha Projetos Estruturadores de Transporte Urbano - Apoio ao transporte urbano, com foco nos investimentos em transporte público sobre trilhos, pneus e hidroviários que visem à racionalização econômica, com redução dos custos totais do sistema; a priorização dos modais de maior capacidade e menor custo operacional; a integração tarifária e física; a acessibilidade universal, inclusive para os usuários com necessidades especiais; a utilização de tecnologias mais adequadas; o aprimoramento da gestão e da fiscalização do sistema; e a redução dos níveis de poluição sonora e do ar e do consumo energético.</p>	
				Novos programas	<p>ESTADUAL</p> <p>M7.4. Agem - Programa de gestão de Planos para acompanhamento e monitoramento do Plano Regional de Mobilidade, SIVIM e outros planos relativos a mobilidade, integrando com o monitoramento dos demais eixos.</p> <p>M7.4. Agem - Programa de articulação multi/intermodal e captação de recursos e, com estrutura institucional que coordene a elaboração e execução de projetos de incentivo a multimodalidade.</p>	

Elaboração: Geo Brasília, 2013.



Quadro 6.3.1.1-3. Estratégias de desenvolvimento para Saneamento Básico

	OBJETIVO	ORIENTAÇÕES DE PLANEJAMENTO REGIONAL	CARTEIRA DE INVESTIMENTOS PROJETOS ESTRUTURANTES		PROGRAMAS	AÇÕES
SANEAMENTO BÁSICO	SB1. Universalizar o atendimento (através de rede de abastecimento) de água potável a todas as áreas urbanas consolidadas e consolidáveis.	SB1.1. Revisão do Plano Diretor de Abastecimento de Água, atentando-se para a necessidade de antecipação dos horizontes de universalização; SB1.2. Revisão do Plano Regional de Saneamento Básico, atentando-se para a antecipação de horizontes e valores dos investimentos. A revisão deve ser validada pela Câmara Temática Especial de Saneamento e pelo CONDESB. SB1.3. Aprovação da Lei referente ao PMSB nos municípios de: Praia Grande, Cubatão, Santos, São Vicente e Mongaguá.	SB1.4. Programa Onda Limpa	Programas Existentes	SB1.4. Programa Onda Limpa	SB1.5. Antecipação de investimentos previstos para Abastecimento de Água; SB1.6. Ações associadas entre saneamento básico e habitação, a fim de solucionar o abastecimento de água para áreas ocupadas não consolidáveis. SB1.7. Programa de Identificação de Áreas Consolidáveis, incluindo a validação destas áreas para implantação de infraestrutura junto ao Ministério Público e prefeituras, articulado com ações e programas como Sanear Meu Bairro. SB1.8. Continuidade das ações de ampliação de capacidade dos sistemas produtores, com reformas/ construções/ modernizações de ETAs, adutoras, redes de distribuição. SB1.9. Formalizar a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na Baixada Santista, através da assinatura de contratos de adesão/ prestação de serviços junto à concessionária responsável. SB1.10. Estruturar a gestão compartilhada dos serviços de saneamento básico na RMBS, com a participação as esferas municipal e estadual de governo.
				Programas não utilizados	Sem indicação	
				Novos programas	Sem indicação	
	SB2. Manter a qualidade da água dos sistemas produtores da Baixada Santista	SB2.1. Avaliar, na próxima revisão do Plano da Bacia do CBH-BS, a oportunidade do estabelecimento de área de proteção de manancial para o rio Cubatão e outros mananciais da região.	Sem indicação	Programas Existentes	Sem indicação	SB2.4. Ampliação da rede de controle de qualidade da água na Baixada Santista, para fins de abastecimento, incluindo pontos de controle nos novos mananciais e pontos críticos identificados. A rede de monitoramento da qualidade da água (IQA) é vasta e bem distribuída, não requerendo intervenções. SB2.5. Avaliar a oportunidade de criação de Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais para os mananciais de abastecimento da Baixada Santista
				Programas não utilizados	SB2.2. Programa de Apoio aos Municípios (SSRH) SB2.3. Utilização do Programa Mananciais (Secretaria da Habitação) para proteção do manancial Mambu, na região de Parelheiros (RMSP)	
				Novos programas	Sem indicação	

	OBJETIVO	ORIENTAÇÕES DE PLANEJAMENTO REGIONAL	CARTEIRA DE INVESTIMENTOS PROJETOS ESTRUTURANTES		PROGRAMAS	AÇÕES
SANEAMENTO BÁSICO	SB3. Garantir vazão de água suficiente para atendimento de todos os domicílios ligados à rede de abastecimento de água	SB3.1. Revisar o Plano Diretor de Abastecimento de Água, revisando as projeções de população e demanda, considerando inclusive os cenários de crescimento do PMDE-BS	Sem indicação	Programas Existentes	SB3.2. Programa Onda Limpa; SB3.3. Manter ações para redução de perdas de água tratada na rede de distribuição	SB3.4. Monitoramento contínuo do crescimento demográfico e da demanda de água na região SB3.5. Continuidade das ações de ampliação de capacidade dos sistemas produtores, com reformas/ construções/ modernizações de ETAs, adutoras, redes de distribuição SB3.6. Antecipação de investimentos previstos para Abastecimento de Água; SB3.7. Realizar estudos para a identificação de mananciais futuros realizar a avaliação de viabilidade para sua utilização. SB3.8. Definir e documentar regra operacional junto à EMAE garantindo a vazão mínima necessária, pela represa Henry Borden, para abastecimento de água no setor central da Baixada Santista (Sistema Integrado Santos – São Vicente – Cubatão)
				Programas não utilizados	Sem indicação	
				Novos programas	Sem indicação	
	SB4. Universalizar a rede de atendimento de coleta, afastamento e tratamento de esgoto em todas as áreas urbanas consolidadas e consolidáveis	SB4.1. Elaborar Plano Diretor de Esgotamento Sanitário para a Baixada Santista, com previsão de investimentos atualizada em função das projeções revisadas de crescimento demográfico e de demanda.	SB4.2. Programa Onda Limpa	Programas Existentes	SB4.3. Ampliação do Programa Se Liga na Rede de modo a atender a população afetada pelas fases 2 e complementar do Programa Onda Limpa. SB4.4. Revisão do Programa Onda Limpa, considerando as demandas calculadas no PMDE-BS e no Plano Diretor de Esgotamento Sanitário	SB4.6. Antecipação de investimentos previstos para Coleta e Tratamento de Esgoto no Plano Regional atual. SB4.7. Programa de Identificação de Áreas Consolidáveis, incluindo a validação destas áreas para implantação de infraestrutura junto ao Ministério Público e prefeituras. SB4.8. Formalizar a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na Baixada Santista, através da assinatura de contratos de adesão/ prestação de serviços junto à concessionária responsável. SB4.9. Estruturar a gestão compartilhada dos serviços de saneamento básico na RMBS, com a participação as esferas municipal e estadual de governo.
				Programas não utilizados	Sem indicação	
				Novos programas	SB4.5. Aplicação/ Manutenção de Programas de verificação de lançamentos de esgoto em redes de drenagem em todos os municípios da RMBS (Caça-esgoto)	



	OBJETIVO	ORIENTAÇÕES DE PLANEJAMENTO REGIONAL	CARTEIRA DE INVESTIMENTOS PROJETOS ESTRUTURANTES		PROGRAMAS	AÇÕES
SANEAMENTO BÁSICO	SB5. Colaborar para tornar as praias da RMBS boas e adequadas para o banho em mais de 90% dos dias do ano	SB5.1. Elaborar Plano Diretor de Esgotamento Sanitário para a Baixada Santista, com previsão de investimentos atualizada em função das projeções revisadas de crescimento demográfico e de demanda.	Sem indicação	Programas Existentes	SB5.2. Ampliação do Programa Se Liga na Rede de modo a atender a população afetada pelas fases 2 e complementar do Programa Onda Limpa. SB5.3. Programa Onda Limpa (construção de Estações de Pré Condicionamento de Esgotos)	SB5.5. Realização de monitoramento contínuo e periódico dos impactos ambientais do lançamento de esgoto através dos emissários submarinos na Baixada Santista (dispersão de pluma, contaminação de sedimentos e impactos sobre a qualidade da água) SB5.6. Estimulo pesquisas científicas sobre as relações entre balneabilidade e qualidade do efluente do esgoto lançado ao mar, especialmente para a BS (Prosab – FINEP)
				Programas não utilizados	Sem indicação	
				Novos programas	SB5.4. Aplicação/ Manutenção de Programas de verificação de lançamentos de esgoto em redes de drenagem em todos os municípios da RMBS (Caça esgoto)	
	SB6. Universalizar a coleta de resíduos sólidos não recicláveis em todas as áreas urbanas consolidadas e consolidáveis	SB6.1. Elaborar Plano Regional de Resíduos Sólidos e aprova-lo SB6.2. Elaborar Plano Municipais de Resíduos Sólidos para os municípios da região (à exceção de Praia Grande que já dispõe do instrumento)	SB6.3. Implantação de solução regional para destinação de resíduos sólidos urbanos, a partir de estudo específico	Programas Existentes	Sem indicação	SB6.6. Monitorar a capacidade do Aterro Sítio das Neves de receber resíduos sólidos domiciliares não recicláveis até 2030. SB6.7. Providenciar, em tempo hábil, solução para a disposição dos resíduos sólidos domiciliares não recicláveis por ocasião do encerramento do Aterro Sítio das Neves.
				Programas não utilizados	SB6.4. Manejo de Resíduos Sólidos (Ministério das Cidades) SB6.5. Programa de Resíduos Sólidos – 2067 MMA – Apoio para elaboração de PMRS	
				Novos programas	Sem indicação	
	SB7. Consolidar a coleta seletiva de resíduos sólidos em todos os municípios da RMBS, ampliando a eficiência dos sistemas e sua capacidade de processamento	SB7.1. Elaborar Plano Regional de Resíduos Sólidos e aprova-lo SB7.2. Elaborar Plano Municipais de Resíduos Sólidos para os municípios da região (à exceção de Praia Grande que já dispõe do instrumento)	SB7.3. Implantação de solução regional para destinação de resíduos sólidos urbanos, a partir de estudo específico	Programas Existentes	Sem indicação	SB7.7. Ampliação do número de Postos de Entrega Voluntária (PEV) de resíduos em todos os municípios da região SB7.8. Estruturação de etapa do tratamento de resíduos sólidos que envolva as cooperativas da Baixada Santista

	OBJETIVO	ORIENTAÇÕES DE PLANEJAMENTO REGIONAL	CARTEIRA DE INVESTIMENTOS PROJETOS ESTRUTURANTES		PROGRAMAS	AÇÕES
SANEAMENTO BÁSICO	SB7. Consolidar a coleta seletiva de resíduos sólidos em todos os municípios da RMBS, ampliando a eficiência dos sistemas e sua capacidade de processamento	SB7.1. Elaborar Plano Regional de Resíduos Sólidos e aprova-lo SB7.2. Elaborar Plano Municipais de Resíduos Sólidos para os municípios da região (à exceção de Praia Grande que já dispõe do instrumento)	SB7.3. Implantação de solução regional para destinação de resíduos sólidos urbanos, a partir de estudo específico	Programas não utilizados	SB7.4. Projetos de Investimento Prioritários em Infraestrutura (Ministério das Cidades) SB7.5. Programa de Resíduos Sólidos – 2067 MMA SB7.6. Programa de Apoio à Gestão da Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis por Cooperativas de Catadores (Ministério do Planejamento)	
				Novos programas	Sem indicação	
	SB8. Estabelecer solução definitiva de destinação final dos resíduos sólidos localizada na região, para todos os municípios da RMBS	SB8.1. Elaborar Plano Regional de Resíduos Sólidos e aprova-lo, incluindo a definição de solução regional para resíduos sólidos domiciliares, resíduos de construção civil e logística reversa. SB8.2. Elaborar Plano Municipais de Resíduos Sólidos para os municípios da região (à exceção de Praia Grande que já dispõe do instrumento)	SB8.3. Implantação de solução regional para destinação de resíduos sólidos urbanos, a partir de estudo específico, incluindo avaliação para resíduos especiais	Programas Existentes	Sem indicação	Sem indicação
				Programas não utilizados	SB8.4. Projetos de Investimento Prioritários em Infraestrutura (Ministério das Cidades) SB8.5. Programa de Resíduos Sólidos – 2067 MMA –	
				Novos programas	Sem indicação	
	SB9. Consolidar a coleta e o tratamento de resíduos especiais em todos os municípios da RMBS, incluindo resíduos de limpeza de caixas de gordura, lodo de fossas sépticas e ETEs e resíduos de construção civil					

Elaboração: Geo Brasília, 2013.



6.3.2. Desenvolvimento Econômico

Visando impulsionar a economia regional no longo prazo, também será necessário estimular e apoiar a implantação de projetos de grande porte e com efeitos multiplicadores, aqui denominados de Projetos Estruturantes, que se somam com as orientações dos Eixos Indutores e os potenciais de investimentos descritos no capítulo cinco, compondo as estratégias de desenvolvimento econômico do PMDE-BS. Os Projetos Estruturantes configuram-se em importantes iniciativas com elevado poder de repercussão sobre o desenvolvimento econômico, e integrarão um poderoso conjunto de ações de grande dimensão, escala e prazo que, se realizados, têm potencial para alavancar a dinâmica econômica da região.

Os Projetos Estruturantes indicados e propostos pelo PMDBE-BS são:

1. Aeroporto Civil Metropolitano de Guarujá;
2. Complexo Industrial Andaraguá - Aeroporto de Cargas;
3. Expansão e consolidação do aeroporto de Itanhaém;
4. Centros Logísticos em Itanhaém, Praia Grande e Peruíbe;
5. Base Offshore para operações em petróleo e gás natural;
6. Expansão das atividades retroportuárias;
7. Melhoria e qualificação dos atrativos turísticos;
8. Estudo para implantação de marinas;
9. Criação de distritos empresariais para empresas do setor de petróleo e de gás natural.

Neste contexto, e como forma de interligar os objetivos setoriais descritos e as efetivas ações propostas, apresentam-se, no Quadro 6.3.2-1, as estratégias de desenvolvimento para o marco objetivo desenvolvimento econômico.

As ações propostas devem estruturar ou dinamizar os setores sobre os quais elas incidem, impactando aspectos relacionados à infraestrutura, logística, pesquisa e tecnologia entre outros, devendo, para tanto, contar com o apoio institucional do setor público, buscando sua hábil viabilização.

Dessa forma, o tópico apresenta também, a partir da compilação dos investimentos e geração de empregos potenciais, estratégias municipais de incentivo ao crescimento, destacando uma proposta de política municipal e governança para o desenvolvimento econômico. Inclui-se ainda, como exemplo, minutas de leis municipais que podem servir de exemplo para implantação de tais políticas nos municípios da RMBS.



Quadro 6.3.2-1. Estratégias de desenvolvimento para Desenvolvimento Econômico

	OBJETIVO	ORIENTAÇÕES DE PLANEJAMENTO REGIONAL	CARTEIRA DE INVESTIMENTOS PROJETOS ESTRUTURANTES	PROGRAMAS/ INVESTIMENTOS	AÇÕES
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	<p>DE1. Ampliar o apoio institucional do Governo do Estado de São Paulo para a viabilização dos projetos estruturantes</p>	<p>DE1.1. Viabilização de aspectos institucionais de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo para fomento e atração de investimentos nos municípios.</p> <p>DE1.2. Aumentar o Número de projetos, estudos, e ampliação de parceria Estado-Município para viabilização dos projetos estruturantes</p> <p>DE1.3. Ampliar as atividades técnicas de suporte aos municípios visando a atração de investimentos e o desenvolvimento das atividades econômicas locais e regionais</p>	<p>Aeroporto civil do Guarujá;</p> <p>Complexo Industrial Andaraguá – Aeroporto de Cargas;</p> <p>Expansão aeroporto de Itanhaém</p> <p>Centros logísticos Itanhaém;</p> <p>Base offshore para petróleo;</p>	<p>DE1.4. Banco do Povo Paulista</p> <p>DE1.5. Programa Time do Emprego</p> <p>DE1.6. Programa de Apoio as Incubadoras</p> <p>DE1.7. Programa Estadual de Fomento ao Desenvolvimento Regional</p> <p>DE1.8. Programa de Apoio e Fomento dos APL</p> <p>DE1.9. Programa Via Rápida Emprego e Programa EJA mundo do trabalho</p> <p>DE1.10. Programa de Assistência técnica aos municípios</p> <p>DE1.11. Plano de extensão do Ensino técnico e tecnológico –ETECs e FATECs</p> <p>DE1.12. Programa Ação Jovem</p> <p>DE1.13. Programa Edesp – Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo</p> <p>DE1.14. Convênio de obras escolares</p> <p>DE1.15. Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT)</p> <p>DE1.16. Programa Jovem cidadão-Meu primeiro emprego</p> <p>DE1.17. Projeto de Geração de Renda</p> <p>DE1.18. Programa Desenvolvimento Regional Integrado;</p> <p>DE1.19. Programa Inovação para a Competitividade</p>	<p>DE1.20. Promover a interação entre os setores produtivos, universidades e centros de conhecimento, objetivando inovações voltadas ao desenvolvimento econômico através do aumento da competitividade e produtividade;</p> <p>DE1.21. Preparar e melhorar a gestão pública de formar a dinamizar o sistema de governança municipal e decisões de cunho regional;</p> <p>DE1.22. Apoiar e consolidar Arranjos Produtivos Locais voltados para potencialidades endógenas objetivando fomentar o desenvolvimento econômico;</p> <p>DE1.23. Aumentar a concessão de empréstimos para microempreendedores formais e informais, viabilizando apoio para todos os elos de novas e consolidadas cadeias produtivas;</p> <p>DE1.24. Criar mecanismos de apoio para incubadoras de diversas bases. Utilizar apoio do Governo do Estado de São Paulo para criar mecanismos e estrutura para estimular o desenvolvimento econômico através destas incubadoras;</p> <p>DE1.25. Preparar, qualificar, consolidar e reciclar a mão de obra disponível nos municípios através de melhorias no sistema de educação profissional e programas estaduais para os devidos fins, englobando, inclusive, jovens e serviços de primeiro emprego;</p> <p>DE1.26. Promover a geração de emprego e renda por meio da concessão de empréstimos para microempreendedores formais e informais;</p> <p>DE1.27. Integrar ações entre os municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista e o governo do Estado de São Paulo através de programas para desenvolvimento regional, objetivando desenvolver estudos e projetos com potencial para desencadear efeitos multiplicadores positivos tanto regionalmente quando localmente;</p>



	OBJETIVO	ORIENTAÇÕES DE PLANEJAMENTO REGIONAL	CARTEIRA DE INVESTIMENTOS PROJETOS ESTRUTURANTES	PROGRAMAS/ INVESTIMENTOS	AÇÕES
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	DE2. Estimular o crescimento econômico equalizador por meio da atração de investimentos privados de forma descentralizada	<p>DE2.1. Criação e adequação de estrutura, marco regulatório e demais aspectos institucionais para atração e viabilização de empreendimentos previstos.</p> <p>DE2.2. Apoiar técnica e institucionalmente os projetos e metas do macro objetivo desenvolvimento urbano, ampliando o efeito multiplicador dos investimentos sobre a economia regional.</p>	<p>Aeroporto civil do Guarujá;</p> <p>Complexo Industrial Andaraguá – Aeroporto de Cargas;</p> <p>Expansão aeroporto de Itanhaém</p> <p>Centros logísticos Itanhaém;</p> <p>Base offshore para petróleo;</p> <p>Expansão do porto de Santos – Terminais portuários;</p> <p>Expansão atividades retroportuárias;</p> <p>Melhoria/qualificação dos atrativos turísticos;</p> <p>Implantação de roteiros turísticos;</p> <p>Estudo para implantação de marinas;</p> <p>Criação de distritos empresariais para empresas do setor de petróleo e gás natural;</p> <p>Ampliar governança pública para promoção do desenvolvimento econômico.</p>	<p>DE2.3. Promover estudos para verificar a viabilidade técnica e econômicas de uma ligação da RMBS com a RMSP pelo litoral sul.</p> <p>DE2.4. Estaleiro de Topside (módulos) - Cluster Industrial Naval de Cubatão (CINC).</p> <p>DE2.5. Estaleiro de Topside (módulos) - Cluster Industrial Naval de Cubatão (CINC).</p> <p>DE2.6. Centro Portuário Industrial Naval Offshore de Santos.</p> <p>DE2.7. Centro de Manutenção e Reparos de Plataformas e Embarcações de Apoio Marítimo.</p> <p>DE2.8. SAIPEM.</p> <p>DE2.9. Retroárea para suporte Offshore.</p> <p>DE2.10. Torre da Petrobras - 1ª Torre.</p> <p>DE2.11. Torres da Petrobras - 2ª Torre e 3ª Torre</p> <p>DE2.12. Ampliação de Estaleiro de Embarcações de Pequeno e Médio Porte.</p>	<p>DE2.13. Apoiar o desenvolvimento de políticas municipais para atração de novos negócios e geração de emprego;</p>
	DE3. Fomentar o desenvolvimento e a consolidação de cadeias produtivas e de negócios novos ou existentes nos municípios da RMBS	<p>DE3.1. Viabilizar o acompanhamento e evolução do mercado de reciclagem como incentivo ao desenvolvimento de cadeias produtivas;</p> <p>DE3.2. Viabilizar instrumentos de Apoio à inovação nas empresas</p>	<p>Estudo para implantação de marinas;</p> <p>Criação de distritos empresariais para empresas do setor de petróleo e gás natural;</p>	<p>DE3.3. Instrumentos de incentivo à pesquisa e inovação da esfera federal: FUNTEC (BNDES); INOVA Brasil (FINEP); PROGEX (MCTI).</p> <p>DE3.4. Instrumentos de incentivo à pesquisa e inovação da esfera estadual: FUNCET, Programa PIPE (FAPESP); Programa PITE (FAPESP).</p>	<p>DE3.5. Criar cooperativa regional de catadores de resíduos sólidos nos municípios da RMBS objetivando fomentar e organizar a cadeia de forma a torná-la atividade multiplicadora da geração de renda;</p> <p>DE3.6. Incluir, no sistema de monitoramento e avaliação da RMBS, variáveis relativas ao mercado de reciclagem em nível municipal e regional;</p> <p>DE3.7. Incentivar a pesquisa e inovação em nível empresarial, servindo à consolidação de cadeias produtivas e incentivando novos negócios na RMBS.</p>

	OBJETIVO	ORIENTAÇÕES DE PLANEJAMENTO REGIONAL	CARTEIRA DE INVESTIMENTOS PROJETOS ESTRUTURANTES	PROGRAMAS/ INVESTIMENTOS	AÇÕES
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	DE4. Inserir as cadeias de negócios e empreendedores junto às oportunidades geradas pelos projetos estruturantes.	<p>DE4.1. Desenvolver um Plano Regional de Turismo visando ao reordenamento das vocações e potencialidades turísticas da RMBS, que inclua:</p> <p>Apoio e fortalecimento das secretarias municipais da Região;</p> <p>Integração das ações e demandas municipais, Secretaria do Turismo e Ministério do Turismo e empreendedores locais e externos, visando ao fomento do turismo como propulsora do desenvolvimento econômico;</p> <p>Mobilização e participação ampla dos diversos setores (empresários, gestores públicos, entidades) como um fator de interação diferencial e do Plano;</p> <p>Desenho das visões de curto (2015), médio (2020) e longo prazo (2030), com ênfase nas previsões de investimentos;</p>	<p>Melhoria/qualificação dos atrativos turísticos;</p> <p>Implantação de roteiros turísticos;</p>	<p>DE4.5. Elaboração de Planos para o Desenvolvimento das Regiões Turísticas;</p> <p>DE4.6. Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - Prodetur Nacional;</p>	
		<p>DE4.2. Inserir o Observatório do Turismo da Baixada Santista como um meio de concatenar as informações, fluxo de turistas, notas técnicas e dados que revelem o desenvolvimento turístico da RMBS, promovendo:</p> <p>Pesquisas e projetos sobre o Turismo da Região da Baixada, sendo cada município responsável, juntamente às Secretarias municipais de Turismo, pelo estudo do perfil turístico;</p> <p>Apoio das secretarias municipais de Turismo para a elaboração dos estudos</p> <p>Qualificação da equipe técnica das secretarias de turismo.</p>		<p>DE4.7. Programa de Qualificação dos Profissionais Associados ao Segmento do Turismo;</p> <p>DE4.8. Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos;</p>	
		<p>DE4.3. Criação de uma Agenda/Calendário dos atrativos e eventos turísticos dos municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista.</p> <p>DE4.4. Estimular a competitividade dos destinos turísticos com melhor organização e estruturação da oferta turística, de modo a permitir o acesso ao turismo a todos os públicos.</p>		<p>DE4.9. Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos;</p> <p>DE4.10. Programa Inventário da Oferta Turística; Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística;</p> <p>DE4.11. Estudos e Pesquisas das Oportunidades de Investimentos – Programação;</p>	

Elaboração: Geo Brasília, 2013.



6.3.2.1. Estratégias Municipais para o Fomento ao Desenvolvimento Econômico

Um elemento fundamental para o fomento ao desenvolvimento econômico é a capacidade da região e dos municípios em atrair novos investimentos públicos e

privados. Neste ponto, o PMDE-BS estruturou uma ampla base de dados para a RMBS, contendo mais de 300 investimentos distintos, que foram organizados sob seis Eixos Indutores do Desenvolvimento e que receberão atenção maior das ações da Agem pelos seus efeitos multiplicadores na economia. No Quadro 6.3.2.1-1 a seguir é apresentado o resumo geral da previsão de investimentos até 2030 para toda a RMBS:

Quadro 6.3.2.1-1. Oportunidades de Investimento por Eixo de Desenvolvimento Econômico

RMBS	Eixos	Total de Empreendimentos	R\$ (milhões)	Part. (%)
Desenvolvimento Econômico	Petróleo e Gás	13	114.207,00	69,74%
	Logística Portuária	50	23.014,00	14,05%
	Polo Industrial da Baixada Santista		-	-
	Construção Civil	2	380,00	0,23%
	Turismo	2	513,00	0,31%
	Total	65	138.114,00	100%

Fonte: Geo Brasília, 2014.

Importante frisar que os empreendimentos descritos possuem alto potencial de geração de empregos (de forma direta e indireta), como pode ser verificado no

Quadro 6.3.2.1-2, e que a atração e o fomento devem ocorrer em parceria entre as prefeituras municipais e os governos Estadual e Federal.

Quadro 6.3.2.1-2. Tipo de Investimento e Potencial de Geração de Empregos até 2030

Tipo de Investimento	Valor do Investimento (Milhões de R\$)	Empregos – Fase de Construção	Empregos Diretos	Empregos Indiretos
Público	26.972,35	515.208	-	232.566
Privado	136.792	69.854	38.198	95.303
Total	163.764,35	585.062	38.198	327.869

Fonte: Geo Brasília, 2014.



Esta contribuição do PMDE-BS para os municípios sugere um modelo mínimo padronizado, mas de efetiva e bem sucedida implementação em outros municípios, para organização das ações de desenvolvimento econômico, conforme demonstra a figura a seguir:

Figura 6.3.2.1-1. Fluxograma para Proposta de Política Municipal e Governança para o Desenvolvimento Econômico



Fonte: Elaboração Geo Brasilis, 2014

O modelo apresentado é uma boa referência para a organização pública local e será detalhado, a seguir, para três linhas de atuação:

Consolidação da Governança municipal: objetiva estruturar ou consolidar as estruturas públicas voltadas ao planejamento e incentivo ao desenvolvimento econômico, buscando, por exemplo, articulação com setores privados ou públicos em nível estadual e federal, além de implantar e fomentar mecanismos para tornar o município e a região atrativos para a iniciativa privada;

Políticas Públicas para o Fortalecimento das Cadeias de Negócios Existentes: visa incentivar a ampliação e o fortalecimento de cadeias de negócios já existentes, de forma a aumentar a riqueza e os empregos gerados. Tais incentivos poderão ocorrer por meio de leis específicas para o desenvolvimento econômico, como, por exemplo, fomento a instalação de parques industriais e incubadoras de empresas, por exemplo;

Políticas Públicas para Fomento e Atração Investimentos e Desenvolvimento de Novas Cadeias de Negócios: Incentivar novos investimentos em cadeias de negócios e/ou potencialidades não aproveitadas ou sub aproveitadas, de forma a gerar novas riquezas e empregos destas atividades.

Em todas as linhas de atuação, há sinergias intensas com os Eixos Indutores do Desenvolvimento adotados no PMDE-BS. A proposta é de que o desenvolvimento dos projetos previstos nos Eixos Indutores seja efetuado conjuntamente com as ações dos municípios nessas mesmas áreas de atuação.

Estas ações devem ir desde a confecção de estudos para financiamento e planejamento da cadeia de negócios sugerida até a aprovação de medidas municipais para facilitar e viabilizar a atração de investimentos privados para o município.

A fim de exemplificar, apresenta-se, no quadro 6.3.2.1-1 uma comparação entre leis e políticas municipais para atração de investimentos privados de cunho municipal. Tais leis e políticas são referentes a quatro municípios do interior paulista: Sorocaba, Piracicaba, Barueri e São José dos Campos, e servem como plano de partida e exemplo para elaboração de leis e políticas idênticas para os municípios da RMBS.



Quadro 6.3.2.1-3. Sínteses de Minutas de Leis e Políticas Municipais para atração de investimentos privados

Município	Lei	Benefícios	Contrapartidas
Sorocaba	<p>Lei 6.344 (05/12/2000): Estabelece diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento econômico do Município.</p> <p>Lei 10.525 (20/07/2013): Dá nova redação ao Art. 3º, da Lei nº 6.344, de 5 de dezembro de 2000.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prazo de concessão para cada incentivo fiscal: até 12 anos; ▪ Redução de até 100% do IPTU do imóvel onde encontra-se a unidade da respectiva empresa; ▪ Redução de até 60% do ISSQN que incida sobre as atividades próprias da respectiva empresa; ▪ Redução de até 100% das taxas devidas pela aprovação de projetos de construção civil da respectiva empresa; ▪ Redução de até 100% do ISSQN devido pelas obras de construção civil da respectiva empresa; e ▪ Redução de até 50% da Taxa de Fiscalização de Instalação e de Funcionamento da respectiva empresa. 	<p>Os seguintes requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pelo menos 90% de empregados com residência fixa no município de Sorocaba, comprovada por conta de energia elétrica em nome do empregado; ▪ Prestação de auxílio financeiro mensal a organizações sociais reconhecidas como de utilidade pública municipal de Sorocaba, no valor mínimo de 1% do faturamento total da empresa, havido durante o ano anterior, faturamento esse dividido em 12 prestações e depositado mensalmente nas contas bancárias das organizações escolhidas; ▪ Licenciamento de toda a sua frota de veículos automotores no município de Sorocaba; ▪ Preferência para compras e contratação de serviços, em igualdade de condições, em favor de outras empresas sediadas no município de Sorocaba. (Redação dada pela Lei nº 10.525/2013); ▪ Quando comerciais, não atuarem no varejo, exceto quando, pelas especificidades de operação e pelos benefícios obtidos, não produzirem concorrência desigual no mercado local e terem abrangência de operações em nível nacional; ou estarem instaladas em parque de desenvolvimento econômico; ▪ Quando de prestação de serviços, pelas especificidades de operação e pelos benefícios obtidos, não produzirem concorrência desigual no mercado local e terem abrangência de operações em nível nacional; ou estarem instaladas em parque de desenvolvimento econômico.

Município	Lei	Benefícios	Contrapartidas
Barueri	<p>Lei Complementar nº 118, (21/11/2002): Esta lei institui o Código Tributário do Município de Barueri, dispondo sobre concessão de isenções.</p> <p>Lei Complementar 185, (25/07/2007): Altera a Lei complementar nº 118, de 21 de novembro de 2002.</p>	<p>Isenção dos impostos federais sobre o ISS. O imposto diminui de 2% para aproximadamente 1,7%.</p> <p>IPTU: Sem incentivo de isenção, porém, o valor do imposto é baixo em relação a outros municípios. (Em comparação à cidade de São Paulo, o imposto é aproximadamente 10 vezes menor).</p>	<p>Sem contrapartidas, ou seja, qualquer empresa pode solicitar os benefícios do município.</p>
	<p>Práticas adotadas mas sem legislação municipal específica.</p>	<p>Cursos gratuitos de capacitação de profissionais conforme demanda das empresas.</p> <p>Disponibilidade de uma área responsável pela pré-seleção de candidatos para vagas em aberto das empresas já instaladas no município ou em processo de instalação.</p> <p>Abertura das empresas junto à JUCESP em até 3 dias.</p> <p>Poupatempo municipal que possui departamentos de cada secretaria visando agilizar os processos das empresas e dos cidadãos.</p>	<p>Sem contrapartidas.</p>



Município	Lei	Benefícios	Contrapartidas
São José dos Campos	<p>Lei Complementar nº256, 10/07/2003: Altera alíquotas do ISSQN e dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais a empresas.</p> <p>Decreto nº 11.152, 11/07/2003: Regulamenta a Lei Complementar nº 256, 10/07/2003.</p>	<p>Alíquota de 2% do ISSQN.</p> <p>Isenção do IPTU às empresas novas instaladas em imóvel próprio ou locado por período superior a 5 anos, em função do número de empregos e faturamento a serem gerados, de acordo com a soma dos pontos estabelecidos nas tabelas a seguir:</p> <p>a. Número de empregos gerados:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Até 50: 4 pontos ▪ De 51 a 100: 6 pontos ▪ De 101 a 200: 8 pontos ▪ De 201 a 400: 12 pontos ▪ Acima de 400: 15 pontos <p>b. Faturamento anual gerado - R\$ mil:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Até 200: 2 pontos ▪ De 201 a 400: 4 pontos ▪ De 401 a 800: 6 pontos ▪ De 801 a 1.500: 8 pontos ▪ Acima de 1.500: 10 pontos <p>c. Os prazos de isenção de acordo com a soma de pontos das tabelas 1 e 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Até 6 pontos: 2 anos ▪ De 7 a 10 pontos: 3 anos ▪ De 11 a 14 pontos: 4 anos ▪ De 15 a 20 pontos: 5 anos ▪ De 21 a 25 pontos: 6 anos <p>Obs.: Os prazos de isenções de IPTU poderão ser ampliados até o dobro no caso de empreendimentos de grande interesse do Município, bem como para as empresas pertencentes às cadeias produtivas dos setores: aeroespacial, automotivo, telecomunicação, defesa e segurança, e as empresa de tecnologia de ponta.</p>	<p>I. A alíquota de 2% para ISSQN, está condicionada às seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Destinadas à exportação; b. Prestadas por microempresa; c. Das cadeias produtivas do: <ul style="list-style-type: none"> c.1) setor aeroespacial; c.2) setor automotivo; c.3) setor de telecomunicações; c.4) setor de tecnologia da informação; c.5) setor de desenvolvimento de software; c.6) setor de pesquisa e desenvolvimento em ciência e tecnologia; c.7) setor de treinamento empresarial. d. De grande interesse do Município. <p>II. Para solicitação da isenção de IPTU prevista, o contribuinte deve ingressar com processo administrativo, ao qual deverá anexar o projeto de instalação no Município com projeção do número de empregos e faturamento a serem gerados, até os seguintes prazos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Empresas já instaladas: até 3 meses a contar da data de expedição do habite-se da área ampliada; e ▪ Empresas novas: até 3 (três) meses a contar da data da inscrição municipal. <p>Obs.: Durante o gozo da isenção do IPTU, a empresa deverá manter o número mínimo de empregos e faturamento previstos nos projetos de instalação ou expansão apresentados quando da solicitação do incentivo.</p>

Município	Lei	Benefícios	Contrapartidas
São José dos Campos		<p>III. Isenção de taxas municipais de licença para localização e de fiscalização de funcionamento as microempresas instaladas ou que venham a se instalar no município.</p> <p>IV. Incentivos não tributários, para os empreendimentos de grande interesse do Município:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Disponibilização de próprios públicos para atividades industriais e ou comerciais enquadradas como micro ou pequenas empresas, constituídas por intermédio de associações ou cooperativas; b. Criação de loteamentos ou condomínios industriais com infraestrutura, para venda aos investidores pelo preço de custo; e c. Disponibilização de terreno para implantação de universidades públicas de interesse do Município. 	
	Práticas adotadas mas sem legislação municipal específica.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação caso a caso da possibilidade de concessão de área no parque tecnológico de São José dos Campos; ▪ A Secretaria do Trabalho fornece cursos de capacitação do profissional; ▪ Disposição da Sala do Empreendedor: suporte para empresas com relação aos trâmites da aprovação de suas instalações no município. 	Sem contrapartidas.
Piracicaba	Lei 4.020, (28/12/1995): Autoriza a prefeitura municipal a proporcionar incentivos e serviços ao desenvolvimento industrial e comercial do município de Piracicaba.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Isenção de impostos municipais, total ou parcial; ▪ Serviços de terraplenagem; ▪ Extensão de redes de água, esgoto e energia elétrica; ▪ Tubulações e galerias para saneamento e escoamento de águas pluviais e servidas; ▪ Abertura de vias de acesso; ▪ Outros a juízo do Conselho. 	Preenchimento obrigatório do formulário "Relação de documentos solicitados pelo COMEDIC para requisição de incentivos fiscais" para requererem incentivos fiscais (anexo I). Qualquer setor poderá solicitar os benefícios.

Fonte: Prefeituras de Sorocaba, Barueri, São José dos Campos e Piracicaba, 2013. Elaboração Geo Brasilis, 2014.

